

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA	23
-------------------------------------	-----------

Capítulo 2

QUAL É O PROBLEMA DOS PROCESSOS CRIMINAIS NO BRASIL?	31
---	-----------

2.1. Encarceramento em massa, disparidades raciais e percepções de ilegitimidade	32
2.2. Processos criminais: lentidão, explosão de casos e burocracia.....	39
A. Julgamentos lentos	39
B. O volume processual nas cortes criminais	42
C. Burocracia e complexidade dos processos penais	46

Capítulo 3

UMA VISÃO GERAL DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ...	51
---	-----------

3.1. A supremacia da constituição e o princípio da dignidade humana.....	51
3.2. A Separação de Poderes e a Posição Peculiar do Ministério Público no Brasil.....	54
3.3. O Código de Processo Penal e o Papel Legislativo do Congresso	57
3.4. Entendendo os Direitos dos Réus	60
A. Devido processo legal.....	60
B. Presunção de inocência	63
C. O direito ao contraditório e à ampla defesa v. o sistema acusatório norte-americano.....	68

3.5. Processos criminais no Brasil	74
A. O Código de Processo Penal v. Constituição de 1988: equilibrando o <i>jus puniendi</i> e o direito a um julgamento justo.....	74
B. Prevalência de julgamentos por juízes togados.....	77
C. O papel do promotor e a discricção mais limitada.....	81
D. Prisões preventivas e audiências de custódia	85
E. Evidências reunidas durante investigações e sua avaliação em processos criminais	89
F. Sentença penal e o direito de recorrer.....	91

Capítulo 4

ENTENDENDO O PLEA BARGAINING NORTE-AMERICANO . 97

4.1. Considerações preliminares	97
4.2. Uma Breve Abordagem Histórica.....	104
4.3. <i>Plea bargaining</i> e o utilitarismo	105
A. Identificando as raízes filosóficas do <i>plea bargaining</i> .	105
B. A Suprema Corte dos EUA: selando o acordo com o <i>plea bargaining</i>	116
4.4. Traços essenciais do <i>plea bargaining</i> nos EUA	121
4.5. Crítica à barganha norte-americana	134
A. [I]limitada discricção do Ministério Público, excessos na acusação e <i>plea bargaining</i>	134
B. Acusação, audiência preliminar e sua influência no <i>plea bargaining</i>	138
C. Aconselhando o réu, renunciando a direitos e apagando a história	143
4.6. <i>Plea bargaining</i> e direitos humanos	153
A. A universalização dos direitos humanos dos réus	153
B. Direitos humanos dos réus e o Pacto de San José de Costa Rica	158
C. Comparando o <i>plea bargaining</i> com a DUDH e o Pacto de San José	161

Capítulo 5

AVALIANDO A BARGANHA E A JUSTIÇA CONSENSUAL	169
5.1. A Constituição brasileira e os direitos humanos.....	169
5.2. A Barganha no Novo Código de Processo Penal.....	172
A. A Barganha Processual como um Novo Procedimento Sumário.....	173
B. A Aprovação da Barganha entre Juízes, Promotores públicos e Defensores Públicos.....	178
C. Normas de Barganha no Projeto do CPP.....	182
» <i>As Partes Processuais e o Modelo Brasileiro de Barganha (plea bargaining) Prevista no Projeto de Novo CPP</i>	183
» <i>Como Requerer a Aplicação da Barganha Processual Penal?</i>	185
» <i>O Controle da Discricionariedade do Ministério Público e o Conteúdo do Acordo de Barganha</i>	186
» <i>Produção Probatória e Barganha no Processo Penal Brasileiro</i>	191
» <i>A Barganha Processual e a Natureza do Crime Cometido</i>	191
» <i>Prazos para entrar no Procedimento de Barganha</i> ..	196
» <i>O Papel do Juiz no Plea Bargaining Brasileiro</i>	197
» <i>Provisões Diversas no Projeto do Novo CPP sobre a Barganha</i>	200
D. Críticas à barganha brasileira	202
5.3. O atual parâmetro de justiça consensual no processo penal brasileiro.....	212
A. Ideias preliminares sobre a justiça consensual no Brasil.....	212
B. A justiça consensual na Lei Federal nº 9.099/1995.....	216
C. <i>Delação Premiada</i> : barganha especial ou apenas uma recompensa por colaboração?	228
D. Resolução CNMP n ° 181/2017: Pode um Conselho Administrativo sobrepor-se à Constituição Brasileira?.....	231

Capítulo 6

BUSCANDO UM MODELO CONSTITUCIONAL DE BARGANHA BRASILEIRA.....	241
6.1. O equilíbrio entre o utilitarismo processual e os direitos fundamentais do réu.....	241
A. Parâmetros para a barganha no processo penal brasileiro.....	241
B. Mudanças colaterais e a barganha processual.....	244
6.2. Um Modelo Aceitável de Barganha: Incrementando a Eficiência dos Julgamentos Criminais Brasileiros.....	249

Capítulo 7

CONCLUSÃO.....	263
APÊNDICE I.....	269
TABELA 1 – Estatísticas De Processos No Tribunal Regional Federal Da 1ª Região (01/2016-11/2016)	269
TABELA 2 – Varas Federais Com Jurisdição Criminal.....	271
TABELA 3 – Plea Bargaining Nos EUA.....	274
TABELA 4 – Plea Bargaining Nos EUA – Características Do Procedimento Encontradas Em Menos De 20 Regras Federais Ou Estaduais Sobre Barganha	277
TABELA 5 – Plea Bargaining Nos EUA – Características Importantes, Mas Não Essenciais	286
TABELA 6 – Plea Bargaining Nos EUA – Características Nucleares Morte.....	291
APÊNDICE II.....	297
BIBLIOGRAFIA.....	303